



MANUAL

**OFICINA DE PRÁTICAS
INCLUSIVAS NA
FORMAÇÃO DOCEANTE**

Cássia Eufrasia da Silva Costa
Orientador: Prof.Dr. Eugênio Eduardo Pimentel Moreira

Ficha técnica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira -
UNILAB

Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente -
PPGEF

Autora: Cássia Eufrasia da Silva Costa

Orientador/ Coautor: Prof. Dr. Eugênio Eduardo Pimentel Moreira

Coautora: Profa. Dra. Andrea Moura da Costa Souza

Coautora: Profa. Dra. Sandra Maria Coelho de Oliveira

Contribuição na oficina para validação do produto, das professoras especialistas da rede municipal de Fortaleza: Antônia Patricia Leite do Nascimento, Ednilsa Ferreira de Oliveira e Maria Marilene Lima Cavalcante.

Diagramação: Rafael Costa Saboia

Ilustrações: retiradas da ferramenta canva www.canva.com / freepik
www.feepik.com

Vídeos e Músicas: Ferramenta de acesso youtube / www.youtube.com

Construção da ferramenta blog “ Espaço de formação Inclusiva ao professor”
<https://efip.profcassia.com/>: analista de sistemas Rafael Costa Saboia

Sumário

I PARTE - OFICINA I

| | |
|--|----|
| Introdução | 7 |
| Planejamento da primeira oficina | 8 |
| Conhecendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI | 11 |
| Objetivos da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI | 19 |
| Público-Alvo da Educação Especial | 20 |
| Os avanços a partir da PNEEPEI, nas matrículas | 22 |
| Atitudes Capacitistas | 23 |

II PARTE - OFICINA II

| | |
|--|----|
| Planejamento da segunda oficina | 28 |
| Caracterizando a Deficiência Intelectual | 32 |
| O diagnóstico deficiência intelectual | 33 |
| Causas da Deficiência Intelectual | 34 |
| Dificuldades da pessoa com Deficiência Intelectual | 35 |
| Deficiência Intelectual ou Transtornos do desenvolvimento intelectual, classificação | 37 |
| Práticas Inclusivas para aluno com DI | 38 |
| Construindo conceitos | 39 |
| Sistematizando o conhecimento com seus pares | 40 |
| Transtorno Específico de Aprendizagem | 42 |
| Avaliação para alunos público Alvo da Educação Especial | 45 |
| Sugestões de leitura | 47 |
| REFERÊNCIAS | 48 |
| APÊNDICE | 51 |

Caro professor e professora,

É com grande prazer que lhe apresento este produto educacional, oficina com práticas inclusivas na formação docente, em que foi desenvolvido na pesquisa de dissertação, pesquisa intitulada:

A POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA AÇÃO COLABORATIVA ENTRE DOCENTES: INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA.

Este material tem o objetivo de preencher algumas lacunas percebidas na prática do professor para incluir os alunos com deficiência intelectual.

Por que este material foi pensado?

foi pensado para garantir a continuidade do processo ensino-aprendizagem ao aluno com deficiência intelectual que está no ensino fundamental dos anos finais.

Para quem é este material?

para o aplicador(a) da oficina, professor de AEE, que busca realizar formações em serviço ao professor da sala comum, dialogando, refletindo e conscientizando com didática e técnicas de como aliar a teoria e a prática dentro de sala de aula para inclusão de alunos com deficiência.

Qual o benefício para o professor?

ter acesso ao conhecimento, que não lhe foi possível na graduação. Sistematizar a teoria e prática nesta formação em serviço. Desenvolver competência e atitude para uma prática inclusiva na sala de aula. VEIGA reitera que para que se efetive a unidade entre teoria e a prática, é necessária uma experiência vivida (VEIGA, 2011).

Qual o benefício para o aluno(a)?

o senso de pertencimento daquele espaço, sentir-se dentro do processo de ensino-aprendizagem em sua turma, e não sentir-se a parte deste processo.

Qual o benefício para escola?

a promoção de um ambiente acolhedor que promove o trabalho colaborativo entre os docentes e permite a ocorrência de atitudes inclusivas na escola.

Como aplicar esta oficina?

a partir da leitura deste manual você terá os caminhos e sugestões de como realizar cada momento da oficina. Os slides de apresentação da oficina estarão no ambiente virtual do blog. Ferramenta criada pela autora para dar um apoio de pesquisa ao professor.

Nesta proposta de conhecimento construído na reflexão teoria e prática com oficinas dentro da escola, busca desenvolver atitudes de acessibilidade ao aluno e inclusão que serão temas de discussão entre os docentes para se tornar orientações na prática do professor da sala comum.

Desta forma professor(a), lhe desejo uma ótima leitura deste manual, esta oficina contribuirá para permitir que sua escola torne-se um ambiente mais acolhedor e inclusivo para os alunos com deficiência intelectual.

Atenciosamente,
Cássia Eufrasia

1ª PARTE - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI

Orientações da Oficina

Este manual lhe auxiliará a aplicar a oficina de práticas docente na formação em serviço.

O material é dividido em duas partes, na primeira parte é a fundamentação teórica que perpassará as regulamentações apresentando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, e na segunda parte a oficina aborda a prática-reflexiva, com exemplos de sala de aula e exemplos de construção de avaliações.

A oficina tem carga horária de 4 horas, podem ser aplicadas de acordo com a realidade de cada escola, orienta-se a aplicação nos momentos de planejamento dos professores de ensino da sala comum.

Orienta-se que a aplicação seja realizada pelo professor especialista do Atendimento Educacional Especializado.

O material de apoio pedagógico como: slides, jogos pedagógicos, jogos on-line, textos para atividade de leitura, vídeos e material para impressão. Estão disponíveis no blog: <https://efip.profcassia.com/>

Durante toda oficina o professor especialista terá o apoio do material da apresentação em Powerpoint, em que abordará o conteúdo que será desenvolvido nas oficinas. Os slides contemplam a orientação das atividades, as indagações sobre a escola, jogos, listagem de barreiras, vídeos, dinâmicas e citações dos teóricos pesquisados.

As próximas páginas lhe darão subsídio para apresentação dos slides "1 ao 16". Professor (a), lhe desejo uma boa apresentação desta oficina ! !

Introdução

Inclusão é direito de todos, tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011), em seu Art.205, in verbis: “a educação como direito de todos e dever do estado e da família, visando o pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. No Art.206, inciso I, da Constituição Federal está preceituado a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Art. 208, inciso III, é assegurado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A política educacional especial na perspectiva inclusiva de 2008, fundamentada nesses dispositivos constitucionais supracitados tem como objetivo:

O acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas(BRASIL, 2008, p.8).

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

O princípio da educação inclusiva prevê que o atendimento às crianças, desde a educação infantil, seja pensado de forma a propiciar experiências que as levem ao pleno desenvolvimento de suas capacidades e habilidades de modo que construam saberes a partir de um ambiente estruturado à emergência da interação e da cooperação (FORTALEZA, 2016).

Planejamento da primeira oficina

Objetivo geral:

- Ter atitudes de inclusão possibilitando uma escola acolhedora ao aluno com deficiência.

Objetivos específicos:

- Conhecer a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPEI.
- Perceber as barreiras de exclusão ocorridas na escola e na sala de aula para o aluno com deficiência.

O tema a ser abordado na primeira oficina:

- intitula-se “ A política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva ”, havendo o momento de reflexão sobre atitudes excludentes e capacitistas, e listar barreiras que ocorrem no processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Métodos/Metodologia/Procedimentos Metodológicos:

1º Momento do acolher: 10min



- Acolhida com o vídeo: educação inclusiva, acolhimento na escola
- Apresentação das oficinas

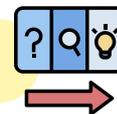
2º Momento construindo conceitos: 30min



- Exposição dialogada sobre educação especial e educação inclusiva
- Apresentação do Movimento mundial pela educação inclusiva com a ilustração da linha do tempo de 1961 a 2014.
- Apresentar o objetivo da política e o público-alvo

Planejamento da primeira oficina

3º Momento sistematizando o conhecimento: 50min



- Jogo: encontre seu par (com música)
- Discussão sobre a inclusão
- Atividade em grupo
- Lista de Barreiras Identificadas para inclusão de aluno com deficiência
- Apresentação da nota técnica nº04/2009 articulação entre docentes.

4º Recursos didáticos

- Manual da oficina
- Slides da oficina
- Notebook
- Caixa de som
- Data show
- Vídeo: educação inclusiva, acolhimento na escola
- Bombons com o cartão da oficina
- Papel madeira 4 folhas (atividade de listar as barreiras)
- Pilotos 4

5º Momento de avaliação 10min



- através de formulário sobre a oficina e pontos debatidos no primeiro encontro.

Acolhida

O professor especialista deseja boas-vindas aos professores de sala comum, e inicia este primeiro momento com o vídeo de acolhida.



Vídeo: educação inclusiva- acolhimento na escola

https://www.youtube.com/watch?v=dFdy_GmFTvQ

Tempo estimado: 2: 06 minutos

Discussão do vídeo

Após o vídeo o papel do professor de AEE, é oportunizar aos seus colegas uma discussão sobre a escola que acolhe e a escola em que atualmente estão lotados. O professor apresenta a diferença entre educação especial e educação inclusiva.

Educação especial e educação inclusiva tem conceitos diferentes, mas se relacionam. A educação especial é uma modalidade transversal que perpassa a educação básica até a educação superior, é direcionada ao público de alunos com deficiência, transtorno do espectro autismo e altas habilidades/ superdotação. A Educação Inclusiva, busca garantir a inclusão de todos os alunos na rede de ensino regular, independente de suas necessidades educacionais especiais.

Público-alvo da Educação Especial: deficiência intelectual, deficiência física, deficiência auditiva/surdez, deficiência visual, surdo-cegueira, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação.



Será que estamos praticando a inclusão, sendo escola que acolhe?

Conhecendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI



Exposição dialogada



O objetivo da primeira oficina: ter atitudes de inclusão possibilitando uma escola acolhedora ao aluno com deficiência. Conhecer a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPEI e perceber as barreiras de exclusão ocorridas na escola e na sala de aula para o aluno com deficiência.

O tema a ser abordado na primeira oficina intitula-se “ A política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva ”, havendo o momento de reflexão sobre atitudes excludentes e capacitistas dos professores, possibilitando a desigualdade que aumentam as barreiras no processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Para embasamento teórico segue na próxima página informações que podem subsidiar a exposição dialogada e a discussão a partir da política, decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto educação especial e inclusão.



A influência da **Lei nº 4.024/61** (primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN) que apontou o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino.

Em 1971, a Lei nº. 5.692 alterou a LDBEN de 1961, ao definir ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (BRASIL, 2008, p. 7).

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos (BRASIL, 2008, p. 7).

A Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008, p.7).

Na Constituição Federal 1988, no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, o artigo 208 especifica a preferência na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, p. 7).

No ano de 1990, é sancionada a Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que, em seu artigo 55, reforça os dispositivos constitucionais supracitados, ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Esta década é marcada por movimentos que visavam a inclusão de alunos público-alvo da educação especial nas escolas de ensino regulares

Marcos legais fora do Brasil, tiveram grande repercussão nesta década, como a reunião que ocorreu na Tailândia, havendo a elaboração da Declaração Mundial de Educação para Todos. “é preciso tomar medidas que garantem o acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. (UNESCO, 1990 apud BORGES, 2020, p.26).

“ A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva no Brasil” (BRASIL, 2008).



Na declaração de Salamanca reconhecendo a necessidade urgente de uma educação inclusiva com políticas públicas para este fim e providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de 'integração instrucional' que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (BRASIL, 2008, p. 7).

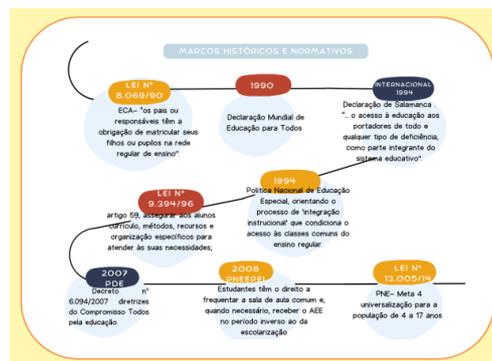
Em 1996, é publicada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, que preconiza no artigo 59 que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.



Slides da Oficina

Linha do tempo do processo de inclusão



Decreto nº 6.094/2007 que estabelece, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Decreto 6.253/2007 que dispõe de acessibilidade arquitetônica, e a implantação de salas de recursos multifuncionais (SRM) nas escolas, espaço físico em que ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A sala deve ter mobiliário e jogos pedagógicos adequados para atender alunos público-alvo da educação especial, bem como dispor de professores especializados para realizarem o serviço de mediação pedagógica visando possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento a necessidades educacionais específicas do aluno (BRASIL, 2008, p. 11).

No ano de 2008, é implementada pelo Ministério da Educação a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), criada pelo Ministério da Educação (MEC) que é destinada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

“ A PNEEPEI estabelece que esses estudantes têm o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização, ou seja no contraturno ”(BRASIL, 2008, p.14).

No decreto nº 7.611 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).



Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação -PNE, estabelece na meta 4 a universalização, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Lei nº 13.146/2015 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência com o propósito de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a sua cidadania.

**“No âmbito educacional, a lei assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida, instituindo como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade a obrigação de assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”
(BRASIL, 2015, p.1).**

Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

- O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com **deficiência**, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;



Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.



Objetivos da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

Atendimento Educacional Especializado;

Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;

Participação da família e da comunidade;

Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;

Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas;



O Público-Alvo



Deficiência: auditiva, surdez, física, intelectual, cegueira, baixa visão e surdo-cegueira;



Transtorno Global do desenvolvimento;
Lei nº 12.764/2012 enquadra a pessoas com transtorno do espectro autista como pessoas com deficiência;



Altas habilidades/ Superdotação

Especificação sobre cada deficiência você encontra no blog
<https://efip.profcassia.com/> * 

JOGO ENCONTRE SEU PAR



Para tornar a oficina lúdica, e dinamizar o trabalho pedagógico entre os professores, será aplicado um divertido jogo, que envolve os professores em situações baseados na PNEEPEI. Este momento é para o PSC refletir sobre os conteúdos sobre legislação abordados nesta primeira oficina, que envolveu a temática a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Como jogar ?

O jogo é composto de 20 fichas. 10 fichas especificando as leis e os decretos, e outras 10 fichas trazendo casos de inclusão, exclusão e educação especial que fazem par com as 10 primeiras fichas.

Para início o professor solicita que "os participantes ao som da música¹, escolham uma ficha " as fichas estarão dispostas no chão" . Ao terminar a música todos irão aos seus lugares, e terão oportunidade de ler a ficha.

Ao sinal da professora com a frase " vamos dar a largada para encontrar o seu par " Um de cada vez, inicia a leitura em voz alta, até o seu par perceber que a sua ficha corresponde o complemento do colega.

É importante salientar que a dinâmica tem o objetivo de complementar a ficha do outro, e trazendo informações que podem suplementar (enriquecer as informações sobre o assunto)a compreensão da ficha escolhida. A dinâmica traz um analogia ao serviço realizado pelo AEE, que é complementar ou suplementar no processo de escolarização e autonomia do aluno.

¹Trilha sonora: música não desista do seu futuro de Carlinhos Brown e Lexa, campanha contra a evasão escolar :https://www.youtube.com/results?search_query=n%C3%A3o+abandone+o+seu+fut

A escolha da música se dá para refletir-mos sobre o processo do aluno com deficiência na escola comum, buscando não contribuir para essa evasão escolar.

Os avanços a partir da PNEEPEI, nas matrículas

A partir da apresentação da PNEEPEI pelo Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, percebe-se os avanços a partir desta política, avanços que refletem no número de matrículas dos alunos nas escolas de ensino regular.

O Censo Escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 843.342 em 2013, expressando um crescimento de 150%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 1.377%, passando de 43.923 estudantes em 1998 para 648.921 em 2013 (BRASIL, 2015, p.35).

A distribuição por etapas de ensino demonstra um peso maior no ensino fundamental tendo 73% de 648.921:

Com relação à distribuição das matrículas por etapa de ensino em 2013, 59.959 equivale a 7% na educação infantil, 614.390 equivale a 73% no ensino fundamental dos anos iniciais e anos finais, 48.589 referente a 6% no ensino médio, 118.047 referente a 13% na educação de jovens e adultos, e 2.357 equivale 1% na educação profissional tecnológica (BRASIL, 2015, p.35).

Em 2014, consta-se no total de 886,815 matrículas de alunos público alvo da educação especial, sendo 698.768 em classes comuns no ensino regular, representando 79% de inclusão desta população. Entre 2008 a 2014, verifica-se o crescimento de 84% das matrículas dos estudantes público alvo da educação especial, na faixa etária de 04 a 17 anos, nas escolas comuns das redes regulares de ensino, passando de 337.640 para 633.042 matrículas (BRASIL, 2015).

Os dados divulgados sobre o número de matrículas poderá levantar alguns questionamentos aos professores:

Será que os professores estão preparados para esta demanda?

As escolas contam com estruturas de acessibilidade ao alunos?

Este slide tem a finalidade de apresentar o avanço da política na educação brasileira.



Atitudes capacitistas

“Uma ação preconceituosa que vai contra os objetivos de uma educação para todos”.

Ao final desta oficina se busca identificar barreiras que os alunos com deficiência vivenciam dentro do ambiente escolar. Uma das barreiras são atitudes preconceituosa e discriminatórias em relação ao aluno com deficiência. E trazemos para este debate um termo que ainda não está na legislação brasileira, mas que sua nomenclatura já é usua em debates sobre inclusão aqui no Brasil. O capacitismo é uma nomenclatura recente dada a uma atitude preconceituosa que se baseia na desvalorização da capacidade da pessoa com deficiência. Um conceito presente no social que avalia as pessoas com deficiência como desiguais, menos aptas ou incapazes de gerir suas próprias vidas, sendo para os capacitistas, a deficiência como um estado diminuído do ser humano (MELLO; CABISTANI, 2019, p.123).

Na lei brasileira de Inclusão, não há esta nomenclatura no estatuto da Pessoa com Deficiência, mas há um artigo que trata deste conceito, o Artigo 4º toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação

É comum, ainda hoje, encontrar referências às pessoas que não possuem uma deficiência como “pessoas normais”. Isso acontece por conta da construção social de um "corpo padrão". Muitos ainda subestimam a capacidade de uma pessoa em função de uma deficiência. O capacitismo define erroneamente a pessoa pela sua deficiência. Mas a pessoa é muito mais do que aquele impedimento físico, sensorial, intelectual ou mental, que adquiriu ao longo da vida ou nasceu com ele. Por isso, é tão importante discutir o capacitismo (MARA GABRILI, Senadora/PSC).

Fonte: Agência Senado

Vamos pensar um pouco...

Este é o momento de refletir sobre práticas excludentes dentro da escola, e identificar as barreiras que impedem a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial.



A inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar está ocorrendo de fato? Quais os problemas observados que os nossos alunos com deficiência está enfrentando?

Lista de Barreiras Identificadas para inclusão de aluno com deficiência

Dinâmica de grupo

Este momento é realizado em grupo.

para construir esta atividade se faz necessário pensar no aluno com deficiência, e listar barreiras que o aluno vivencia na escola e na sala de aula.

A partir da listagem dos professores da sala comum, o professor especializado realiza as suas considerações a fim de colaborar no trabalho da sala de aula comum.

tempo estimado para atividade 15 minutos.

Ao finalizar a atividade o professor ressalta a importância do trabalho articulado entre professor do AEE e professor da sala comum. Na nota técnica nº04/2009.





OFICINA II

TEORIA E PRÁTICA

O ambiente escolar como laboratório do professor em pesquisar a teoria da prática, retrata o professor como produtor de saberes...

Caro professor e professora,

Nesta segunda oficina o objetivo é de aliar a teoria com a prática, aproximando a realidade do professor da sala de aula comum as novas possibilidades de avaliar o aluno. E criar estratégias de ensino que contemplem alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental dos anos finais.

Esta oficina tem carga horária de 2 horas, os professores terão o momento de recordar as estratégias que deram certo, quando eles eram estudantes. Haverá o momento da discussão teórica a partir do texto de desenvolvimento de aprendizagem baseado em Vigotsky, e o conhecimento sobre a deficiência intelectual que servirão de embasamento para abordar a deficiência e as dificuldades de aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia e dispraxia) na escola. O tema desta segunda oficina é **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**.

É analisado situações concretas em sala de aula, e as possibilidades de atividades que poderiam auxiliar no melhor desenvolvimento deste aluno na sala comum. Levando em consideração suas potencialidades o seu conhecimento, o contexto de sua realidade e contribuições que ele poderá realizar no sentido de trabalho colaborativo e atuação coletiva entre seus pares como integrante da turma, com o lema “todos estão na sala de aula, então todos participam”.

No momento da sistematização de conhecimento busca dialogar com os professores sobre a organização da sala de aula para atividades cooperativas entre os alunos, contemplando a equidade (a igualdade de oportunidades) favorecendo a inclusão de todos os alunos; atividades de sala que possa contemplar todos os alunos, buscando realizar conexões com o contexto do aluno, a fim de proporcionar as potencialidades do aluno na arte, oralidade e criatividade; conteúdos, o mesmo conteúdo para todos, respeitando o nível cognitivo do aluno.



Permitindo a flexibilização e o apoio de recurso pedagógico para se alcançar o objetivo de aprendizagem do aluno; o diálogo entre os docentes e maior compartilhamento de informações sobre o aluno, possibilitando a construção de atividades que valorizem a participação do aluno evitando a sua exclusão; e avaliação, perceber diversas oportunidades de avaliar o aluno na sala de aula. Identificar o ponto inicial do aluno e se perceber como mediador do processo para auxiliar o aluno a alcançar suas funções cognitivas superiores.

Seja bem vindo(a) a oficina II!

Planejamento da segunda oficina

Objetivo geral:

- objetivo é de aliar a teoria com a prática e criar estratégias de ensino que contemplem alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental dos anos finais.

Objetivos específicos:

- Conhecer características da deficiência intelectual e níveis da deficiência.
- Reconhecer algumas dificuldades específicas de aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia e dispraxia)
- Discutir sobre a importância da mediação do professor no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.
- Debater sobre a avaliação e como construí-las

O tema a ser abordado na primeira oficina:

- intitula-se “ Entender um pouco sobre deficiência intelectual e identificar possibilidades de avaliar o aluno ”, havendo o momento de reflexão sobre a prática do professor em salas de aula.

Métodos/Metodologia/Procedimentos Metodológicos:

1º Momento do acolher: 15 min

- Música: Ser diferente é normal “Gilberto Gil e Preta Gil”.
- Acolhida com a dinâmica: voltando no tempo de escola...
- oralidade dos participantes sobre suas histórias na escola.



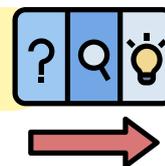
2º Momento construindo conceitos: 30 min



- Exposição dialogada sobre fatores de riscos e causas da deficiência intelectual
- Conhecendo os sinais comuns da deficiência intelectual
- Vídeo: desenvolvimento da linguagem “Vigotsky”
- Dificuldades específicas de aprendizagem

Planejamento da segunda oficina

3º Momento sistematizando o conhecimento: 60 min



- Atividade em grupo: leitura e discussão do texto “ação colaborativa entre docentes inclusão de alunos com DI
- Jogo: deficiência intelectual de perguntas e respostas on-line, plataforma Wordwal
- Atividade em grupo: O caso do aluno deficiência x dificuldade específica de aprendizagem
- Vídeo: convivendo com as diferenças - deficiência intelectual
- Dialogando como avaliar e construir a avaliação impressa

4º Recursos didáticos



- Manual da oficina
- Slides da oficina
- Notebook
- Caixa de som
- Data show
- Música: ser diferente é normal “Gilberto Gil e Preta Gil”.
- Vídeos: desenvolvimento da linguagem “Vigotsky” e convivendo com as diferenças -deficiência intelectual.
- Bombons com o cartão de conclusão da oficina
- textos para discussões
- Formulário de avaliação e reflexão
- Celular por participante (jogo no wordwall)

5º Momento de avaliação: 15 min

através do formulário de reflexão sobre a prática em sala de aula, pode ser respondido escrito ou oralmente. O formulário está no apêndice.

Acolhida

- Neste primeiro momento é oportunidade de deixar o ambiente acolhedor com os participantes.
- Os professores são recebidos com a música : ser diferente é normal "Gilberto Gil e Preta Gil".

DINÂMICA DO TÚNEL DO TEMPO:
voltando no tempo de escola...



Cada participante receberá um cartão que tratará uma reflexão do tempo de escola, com as seguintes perguntas:

1. Qual a disciplina que você não gostava e tinha medo do professor (a)?
2. Que situação ocorreu com você na época de estudante, que lhe marcou negativamente?
3. Que situação ocorreu com você na época de estudante, que lhe marcou positivamente?
4. Quando você era estudante, qual estratégia você utilizava para memorizar o conteúdo da escola? Tinha alguma técnica?

Momento de lembranças e reflexão (quem já usou uma caneta desta? quem encadernava os livros? vocês lembram da lancheira?.

Os participantes contam suas histórias...

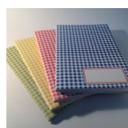
Após este momento o professor faz o fechamento com algumas indagações:

Como é que você está marcando o seu aluno com deficiência?

Será que ele consegue memorizar o conteúdo?

Quais estratégias ele utiliza?

Você sabia que o aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldades na memória de trabalho?



Caracterizando a deficiência intelectual

Esta segunda oficina abordará a temática sobre deficiência intelectual. E para você leitor compreender as características desta deficiência, tem-se o apoio da lei brasileira de inclusão. As próximas páginas lhe darão subsídio para apresentação dos slides “1 a 25”. **Tenha uma boa apresentação!**

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Brasil, 2015) prevê a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

A deficiência intelectual é nomeada como distúrbio (ou transtorno) do desenvolvimento intelectual. Corresponde ao retardo mental na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) classificado como leve, moderada, grave e profunda (BRASIL, 2020). No manual diagnóstico e estatístico dos transtorno mentais (DSM-5), documento elaborado a partir de gupos de estudos pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), traz a classificação específica de deficiência (F70-leve), (F71-moderada), (F72-grave) e (F73- profunda)(BRAGA, 2020).

DI, tem a característica essencial na presença de limitações significativas no funcionamento intelectual em vários domínios, tais como raciocínio perceptual, memória de trabalho, velocidade de processamento e compreensão verbal. Há frequentemente uma variabilidade substancial na medida em que qualquer um desses domínios é afetado em um indivíduo .

Sua definição envolve diversos aspectos relacionados ao conceito de inteligência, devendo sempre ser analisada como componente da avaliação global do indivíduo. É identificada pela redução substancial das funções intelectuais, concomitante a déficits do comportamento adaptativo, com limitações em habilidades sociais e práticas cotidianas, iniciada durante o período de desenvolvimento (antes dos 18 anos) (BRASIL, 2020).

Historicamente, a deficiência intelectual tem sido designada por diversos termos, tais como “retardo ou retardamento mental”, “deficiência mental ou intelectual” e “dificuldades de aprendizagem”, entre outros. Entretanto, desde 2004, após ampla discussão sobre o tema, motivada pelo estigma social do termo “retardo mental”, se tornou consenso o uso do termo “deficiência intelectual”, já compreendendo os fatores relacionados ao comportamento adaptativo e não apenas a capacidade cognitiva do indivíduo

O diagnóstico: deficiência intelectual

O diagnóstico da deficiência intelectual, independentemente dos fatores causais, fundamenta-se em testes padronizados para a análise da capacidade cognitiva (ou psicométricos), os quais permitem estabelecer o Quociente de Inteligência (QI). A partir do QI, a deficiência intelectual é classificada em leve (QI entre 50 a 69), moderada (QI entre 35 e 49), grave (QI entre 20 e 34) e profunda (QI inferior a 20), segundo a Organização Mundial da Saúde.

Como não é possível aplicar e validar tais testes antes dos cinco anos de idade, para crianças com idade inferior a essa que não atingem os marcos do desenvolvimento neuropsicomotor esperados para a faixa etária são utilizadas as designações “atraso global do desenvolvimento” ou “atraso do desenvolvimento neuropsicomotor”, que podem indicar a possibilidade de DI no futuro(BRASIL, 2020).

No Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010, há pelo menos 2,6 milhões (1,4%) de pessoas com deficiência mental ou intelectual.

O quadro de diagnóstico de deficiência intelectual pode estar associado a causas genéticas, antes do nascimento do bebê, durante a gestação, após o parto e durante seu desenvolvimento na infância.

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência.

Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático (BRAGA, 2020).

- Domínio conceitual : dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para alcance das expectativas associadas a idade (BRAGA, 2020).
- Domínio social: o indivíduo mostra-se imaturo nas relações sociais. Dificuldade na regulação das emoções. Há compreensão limitada do risco em situações sociais; o julgamento social é imaturo para a idade, correndo o risco de ser manipulado pelos pares (BRAGA, 2020).
- Domínio prático: em comparação com os pares de desenvolvimento típico, necessita de apoio nas tarefas complexas da vida diária. No nível grave e profundo necessita de apoio para refeições, vestir-se e higienizar-se (BRAGA, 2020).

Causas da deficiência intelectual



✓ Gestação:

Desenvolvimento embrionário humano



- Desnutrição materna
- Doenças infecciosas: toxoplasmose, sífilis e Rubéola.
- Tóxicos: alcoolismo, consumo de drogas.
- Genética: alterações cromossômicas: ex.: Síndrome de Down.

✓ Parto:



- Traumas no parto;
- Oxigenação cerebral insuficiente;
- Prematuridade e baixo peso;
- Icterícia grave do recém-nascido;

Causas da deficiência intelectual

As causas genéticas respondem por parcela significativa dos casos de deficiência intelectual, notadamente entre as formas mais graves. Em sua maioria, correspondem a condições de ocorrência rara, relacionadas a alterações cromossômicas, gênicas e epigenéticas.

Estima-se que 25% a 50% do atraso global de desenvolvimento e da deficiência intelectual moderada ou grave tenham origem genética. As causas pré-natais têm incidência de 55% a 75%, as perinatais (do início do trabalho de parto até o 30º dia de vida) de 10% e as pós-natais (do 30º dia de vida até o final da adolescência) de 5% (BRASIL, 2020).

- Genética: alterações cromossômicas: ex.: Síndrome de Down;
- Causas pré-natais : desnutrição maternal; doenças infecciosas: toxoplasmose, sífilis e rubéola; tóxicos: alcoolismo, consumo de drogas.
- Perinatais: traumas no parto; oxigenação cerebral insuficiente; prematuridade e baixo peso; icterícia grave do recém-nascido;
- Pós- natais: causas ambientais; desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global; infecções: sarampo, etc.; intoxicações exógenas: (envenenamento), remédios, inseticidas e produtos químicos; chumbo, mercúrio, etc.); epilepsia

Dificuldades da pessoa com deficiência intelectual

De acordo com estudos do autor Braga, 2020, aborda algumas dificuldades da pessoa com deficiência intelectual:

- Quando bebê tem dificuldade na marcha, na articulação da fala, demora mais para falar (o padrão é começar a falar por volta de 1ano,1 ano 2 meses).

- Evidente dificuldade na coordenação motora ampla(arrastar, ficar de pé sem apoio, andar se apoio, correr, pular ,saltar suber, descer...)
- Na coordenação motora fina (desenvoltura para a capacidde de movimentos precisos, como as preensões em geral, pinças finas, pegar e soltar voluntariamente, realizar movimentos mais elaborados e precisos.
- Dificuldades para comandos simples do dia a dia. Não conseguir compreender o que é solicitado, mesmo que isso seja feito de forma clara. Não entender regras do jogo e brincadeiras, por mais simples que sejam; podem não saber brincar fazendo uso funcional do brinquedo, que é a representação social pela imitação(BRAGA, 2020, p.51).
- Dificuldades significativas na escola é percebido desde cedo. Dificuldades na discriminação de letras, associação, classificação, ordenação do alfabeto, processo de alfabetização, com prejuízos significativos na aquisição e domínio da leitura e escrita-alfabetização e letramento.
- Dificuldade de interação e socialização podem estra presentes desde cedo. tem preferência por brincar com crianças mais novas, demosntrando imaturidade ou até tendo dificuldades em interagir funcionalmente com seu pares.
- Dificuldade no raciocínio lógico e na organização lógica das ideias, prejuízos no funcionamento executivo, flexibilidade e planejamento mental.
- Hipotonia motora.
- Dificuldade de manter uma comunicação social.
- Dificuldade para ir ao banheiro, se vestir e se alimentar – ATIVIDADES (AVDs).

- Memória prejudicada.
- Memória de trabalho: é um componente da função executiva que armazena e retém temporariamente a informação enquanto uma determinada tarefa está sendo realizada
- Incapacidade de conectar ações com consequências.
- Dificuldade de abstração (assimbolia)
- Dificuldade para resolver problemas e com o pensamento lógico, em geral.

Deficiência Intelectual ou Transtornos do desenvolvimento intelectual, classificação:

- **Leve:** as vezes conseguindo desenvolver habilidades de leitura, escrita e matemática de forma elementar;
- **Moderada:** habilidades acadêmicas muito aquém de seus pares, em alguns momentos necessitando de apoio para leitura, escrita e cálculos de rotina
- **Grave:** Pouca compreensão de leitura, escrita, número, tempo, dinheiro, não conseguindo realizar cópias de letras.
- **Profunda:** dependem de suporte para autocuidado, tem dificuldades na comunicação.

Práticas inclusivas para alunos com DI

- Entender sobre a Deficiência intelectual;
- Conhecer e acreditar na capacidade do aluno com DI;
- Usar reforço positivo;
- Utilização de imagens;
- Indicação de pistas;
- Atividades relacionadas a vida diária (AVDs);
- Mediação;
- Planejar estratégias desafiantes;
- Oferecer recursos de apoio, recursos pedagógicos, calculadora;
- Rotina e regras de convivência visuais;
- Comandos breves e atividades fracionadas;



Construindo conceitos



Vídeo: desenvolvimento da linguagem "Vigotsky"



Leitura do texto e reflexão da prática

Nesta atividade, os participantes recebem o texto para leitura e discussão em grupo.

Após a leitura é realizada a discussão sobre a compreensão dos participantes sobre "Deficiência intelectual e mediação".



Os processos de mediação possibilitam ao aluno com deficiência intelectual a construção de conceitos. A interação, a mediação do outro, seja com um colega ou o professor na sala de aula, possibilita elementos para a estruturação do pensamento (OLIVEIRA;BUENO, 2021, p.20).

Sistematizando o conhecimento com seus pares

Após a discussão em grupo, o professor realiza a atividade de jogo na plataforma Wordwal, cada participante utiliza o seu celular.



Jogo avaliando o seu conhecimento sobre Deficiência Intelectual

Temas a serem avaliados no jogo:

- deficiência intelectual;
- Zona de desenvolvimento potencial;
- mediação;
- As funções superiores;
- Zona de desenvolvimento real
- Papel do professor.

| | |
|--|--|
| ZONA DE DESENVOLVIMENTO REAL | É o conhecimento já adquirido ou formado, que determina que a criança já é capaz de fazer sozinha. |
| ZONA DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL | É a capacidade de realizar ou aprender com o auxílio de outra pessoa mais experiente. |
| VYGOTSKY, CONSIDERA AS FUNÇÕES SUPERIORES | São as seguintes: atenção voluntária, memória lógica, formação de conceito e desenvolvimento da vontade. |
| MEDIAÇÃO | É a interação entre alguém que ensina (o mediador) e alguém que aprende (o mediado), nela o mediador se coloca como intermediário entre os alunos e o conhecimento. |
| PAPEL DO PROFESSOR | É de conduzir os estudantes no processo de ensino-aprendizagem contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico, fazendo eles refletir para chegar às conclusões e não dar todas as respostas prontas. |
| NÍVEIS DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL | Os níveis são: leve, moderada, grave e profundo. |
| DEFICIÊNCIA INTELECTUAL | É o impedimento de longo prazo de natureza mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação do indivíduo na sociedade. |

Transtorno específico de aprendizagem

Pessoas diagnosticadas com transtorno específico de aprendizagem, apesar das dificuldades manifestadas especificamente em leitura, escrita e raciocínio lógico, e que podem nesse aspecto estar abaixo da média em geral, não possuem prejuízos intelectuais significativos que as comprometam em suas atividades sociais, não apresentam assincronismo entre idade mental e idade cronológica, nem déficits significativos nas condutas ou habilidades adaptativas (BRAGA, 2020).

Elas são funcionalmente independentes, comunicam-se e interage dentro do padrão esperado, são suficientemente capazes de autocuidar-se, vão e vem sem dificuldades, fazendo uso de todos os serviços disponíveis nos contextos domiciliares, sociais e comunitários, porém encontram barreiras desafiadoras quando se deparam com questões voltadas ao domínio fluente para a capacidade de leitura, escrita e desempenho lógico matemático, podendo dessa forma, compreender seu pleno desenvolvimento pessoal, social afetivo e profissional (BRAGA, 2020, p.62).

Os transtornos específicos de aprendizagem, também conhecido como dificuldades específicas de aprendizagem, manifestam-se, inicialmente durante os anos de escolaridade formal. Por ser um transtorno específico de aprendizagem seu prejuízo é no processo de informações acadêmicas, não havendo prejuízos significativos da inteligência, e nos domínios social e prático.



Transtorno específico de aprendizagem:
dislexia, disgrafia, discalculia, dispraxia e
disortografia.

Transtorno específico de aprendizagem

- **Dislexia:** ela é caracterizada por dificuldades no reconhecimento de palavras de forma precisa e/ou fluente e por pobres habilidades de decodificação e ortografia.
- **Disgrafia:** pouco conhecida, afeta a escrita a mão e a conversão de pensamentos em palavras escritas. Indivíduos com disgrafia estão dentro da faixa normal de inteligência, mas eles lutam para colocar suas ideias no papel de forma clara e coerente. sua caligrafia pode ser ilegível ou desorganizada apesar do considerável esforço empregado, e há uma disparidade entre ideias e compreensão expressas verbalmente e aquelas apresentadas por escrito. Sua capacidade de leitura é normal, mas a ortografia pode ser afetada, embora este nem sempre seja o caso(HUDSON, 2019).
- **Discalculia:** dificuldade para contar, e com a aritmética que não é condizente com o seu nível geral de inteligência. Falta ao aluno uma compreensão intuitiva dos números: ele não sabe automaticamente qual número é maior ou menor do que o outro(HUDSON, 2019) .
- **Dispraxia:** Indivíduos com dispraxia têm dificuldade de coordenação e movimento muscular. Os músculos em si são normais, mas a dispraxia é o resultado de um distúrbio da “fiação cerebral” (neurobiológico). A coordenação motora fina, que controla os movimentos de precisão, especialmente das mãos, ou a coordenação motora grossa, que controla os movimentos do corpo inteiro, podem ser afetadas, assim também como a fala. As habilidades de função executiva também são afetadas pela dispraxia, o que resulta em problemas de organização, memória de curto prazo, planejamento e interação social.

- **Disortografia:** é caracterizada pela dificuldade de fixação da regras ortográficas, apresentando frequentemente substituição, omissão, inversão de grafemas, alteração na segmentação de palavras, persistência do apoio da oralidade na escrita e dificuldade na produção de textos (GREPEL, 2022).

| Transtorno específico de aprendizagem | |
|---------------------------------------|--|
| Dislexia | dificuldades no reconhecimento de palavras de forma precisa e/ou fluente e por pobres habilidades de decodificação e ortografia. |
| Disgrafia | Pouco conhecida, afeta a escrita a mão e a conversão de pensamentos em palavras escritas. |
| Discalculia | Dificuldades com números |
| Disortografia | é caracterizada pela dificuldade de fixação da regras ortográficas |
| Dispraxia | Dificuldades de movimento e coordenação |



dd



Jogo de cartas

Atividade em grupo
ESTUDO DE CASO

Aluno com deficiência Intelectual
x
Aluno com dificuldade específica de aprendizagem

Acesso aos slides você encontra no blog <https://efip.profcassia.com/> 

Avaliação para alunos público - alvo da Educação Especial

A avaliação para estes alunos, não deve ocorrer como ato nivelador, deve ser instrumento capaz de acompanhar o desenvolvimento potencial do aluno, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem. Realizando a diversificação de recursos: oral, artístico, impresso e escrito.

É preciso adotar diversas possibilidades de acompanhamento e avaliação no processo pedagógico.

De acordo com Luckesi a avaliação é "um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e do seu melhor modo de ser na vida.

Para Vigotski, "quando avaliamos, devemos nos pautar não no que já foi atingido ou alcançado, mas no que está por ser construído, ou seja, na zona de desenvolvimento potencial"(VALENTIM; OLIVEIRA, p. 861, 2013);

O que o estudante consegue fazer com ajuda que, futuramente, poderá fazer sozinho?

Avaliação para direcionar, não para classificar, categorizar;

Para Mantoan, na perspectiva inclusiva, a avaliação acompanha simultaneamente os processos de ensinar e aprender. Não se localiza no final do processo pedagógico , mas o compõe.

Este momento é de discutir os tipos de avaliações que é aplicada ao aluno com deficiência intelectual, e apresentar sugestões de avaliações. Na próxima página segue o modelo de avaliação adaptada

Avaliação para alunos público-Alvo da Educação Especial

ADAPTAÇÃO DE AVALIAÇÃO:

Exemplo de **avaliação tradicional** com muitas questões em uma página só. Como que um aluno com DI com leitura silábica iria ler esta avaliação?

Série: Turma: Turno: Professor(a): Lainy Rodrigues
 Nome: Nº:
 DATA: ___/___/2023

1 - Complete o texto com as palavras abaixo:

eucariótica - membrana plasmática - citoplasma - procariótica

A célula é a unidade base da vida e podem ser classificada como _____ quando não possuem núcleo ou _____ quando apresentam núcleo definido. A célula também apresenta uma membrana chamada _____ que permite que ela selecione o que entra e o que sai da célula e citoplasma, material gelatinoso que preenche o interior da célula.

2 - Leia as frases abaixo e marque aquela que indica a principal afirmação da Teoria Celular:

- a) a célula é a unidade básica da vida.
- b) todas as células são formadas por membrana, citoplasma e núcleo.
- c) toda a matéria existente no planeta é formada por células.
- d) nem todo organismo vivo é formado por células.

3 - As células são os componentes fundamentais de todos os seres vivos, não sendo encontradas apenas nos vírus. Algumas pessoas costumam dizer que as células são formadas por membrana plasmática, citoplasma e núcleo. Entretanto, nem todas as células possuem núcleo organizado, recebendo o nome de:

- a) células eucarióticas.
- b) células vegetais.
- c) células procarióticas.
- d) células animais.

4 - Bactérias são organismos que possuem o corpo formado por uma única célula, sendo portanto:

- a) multicelulares.
- b) procariotes.
- c) unicelulares.
- d) eucariotes.

5 - É correto afirmar que uma célula eucariote é formada basicamente por

- a) parede celular, ribossomos e citoplasma.
- b) citoplasma, material genético e parede celular.

Série: Turma: Turno: Professor(a): Lainy Rodrigues
 Nome: Nº:

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------|---------|-------|--------|--------|-------|--------|-----|-----|-----|-----|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 |
| DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

DATA: ___/___/2023

1 - COMPLETE O TEXTO COM AS PALAVRAS ABAIXO:



EUCARIÓTICA - MEMBRANA PLASMÁTICA - CITOPLASMA - PROCARIÓTICA

A CÉLULA É A UNIDADE BASE DA VIDA E PODEM SER CLASSIFICADA COMO _____ QUANDO NÃO POSSUEM NÚCLEO OU _____ QUANDO APRESENTAM NÚCLEO DEFINIDO. A CÉLULA TAMBÉM APRESENTA UMA MEMBRANA CHAMADA _____ QUE PERMITE QUE ELA SELECIONE O QUE ENTRA E O QUE SAI DA CÉLULA E CITOPLASMA, MATERIAL GELATINOSO QUE PREENCHE O INTERIOR DA CÉLULA.

2 - LEIA AS FRASES ABAIXO E MARQUE AQUELA QUE INDICA A PRINCIPAL AFIRMAÇÃO DA TEORIA CELULAR:

- A) A CÉLULA É A UNIDADE BÁSICA DA VIDA.
- B) TODAS AS CÉLULAS SÃO FORMADAS POR MEMBRANA, CITOPLASMA E NÚCLEO.
- C) TODA A MATÉRIA EXISTENTE NO PLANETA É FORMADA POR CÉLULAS.
- D) NEM TODO ORGANISMO VIVO É FORMADO POR CÉLULAS.

A **avaliação adaptada** precisa ter letras maiores e com a forma que seja acessível. O aluno buscar sua leitura, ou pelas letras, ou pelas **imagens** que constam nela. As páginas devem ser fracionadas, dando oportunidade de realizar a avaliação no tempo do aluno.

Professor(a), este produto foi desenvolvido para auxiliar a sua prática na articulação com professor de sala comum, sobre o tema PNEEPEI e Deficiência Intelectual para uma formação em serviço.

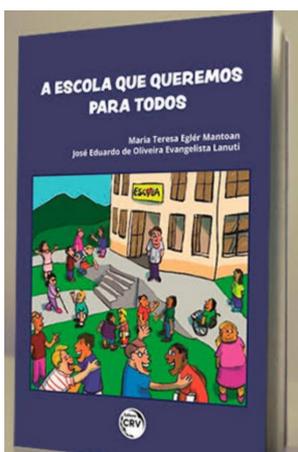
Só é possível identificar as melhores práticas de inclusão se o professor conhecer o aluno, e se o próprio aprendente sentir-se estimulado a abertura deste conhecimento. A formação em serviço na própria escola com professores da mesma escola tornará possível o encontro de experiências valiosas para que se tenha um resultado positivo no âmbito de conhecimento do sujeito, os nossos alunos. "As práticas inclusivas deveriam refletir decisões de ensino que consideram a inclusão mais do que a exclusão dos alunos que apresentam dificuldades. Isto implica um envolvimento com os alunos de forma a valorizá-los como parceiros da aprendizagem e considerar as suas posições" (FLORIAN; ROSE, 2009, p.600 Apud RODRIGUES, 2017, p.37).

Ihe desejamos sucesso na aplicação das oficinas I e II !

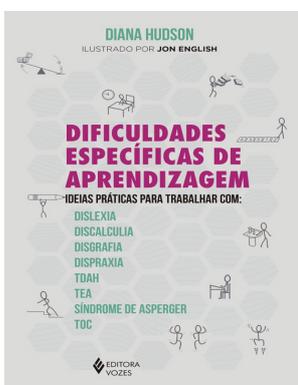
Sugestões de leitura



BRAGA, W.C. Deficiência intelectual e Síndromes infantis: caracterizações e orientações. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2020.



MANTOAN, M.T.E., LANUTI, J.E.O.E. A escola que queremos para todos. Curitiba: CRV, 2022.



HUDSON, D. Dificuldades específicas de aprendizagem: Ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger e TOC. 1ª edição. Editora Vozes. 2019.

REFERÊNCIAS:

BORGES, C.S.; Atendimento Educacional Especializado: na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva. 1.ed.-Curitiba : Appris, 2020.

BRAGA, W.C. Deficiência intelectual e Síndromes infantis: caracterizações e orientações. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília : MEC/ SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). MEC/SECADI, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192. Acesso em: 15 nov 2023.

_____. Portaria Conjunta Nº 21, de 25 de novembro de 2020. Protocolo resumido. Diagnóstico etiológico da deficiência intelectual. Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/resumidos/20230320_PCDT_Resumido_Diag_Etiolog_Def_Intelectual_final.pdf. Acesso em: 10 nov 2023.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 06 dez 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca – Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.p> Acesso em : 01 jun 2023

REFERÊNCIAS:

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. Proposta curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza / Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. – Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016. Disponível em :<https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=1b5428d2-744d-427a-af64-0d4fb89c8c25>. Acesso em: 16 nov 2023.

GREPEL. Disortografia. Site Grepel (grupo que desenvolve pesquisas na área de avaliação e intervenção nos distúrbios de aprendizagem. Disponível em: <https://sites.usp.br/grepel/sobre-nos/>. Acesso em: 10 nov 2023.

HUDSON, D. Dificuldades específicas de aprendizagem: Ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger e TOC. 1ª edição. Editora Vozes. 2019.

MANTOAN, M.T.E., LANUTI, J.E.O.E. A escola que queremos para todos. Curitiba: CRV, 2022.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 23, p. 118-139, 2019. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112>. Acesso em: 13 dez 2023.

OLIVEIRA, R. C. S; BUENO, O. M. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. Revista Educação, Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 11, n. 3, 2021. DOI: 10.30681/ecs.v11i3.4529. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8851>. Acesso em: 11 dez. 2023.

REFERÊNCIAS:

OSCAR DOURADO VALENTIM, F.; SAMPAIO DE OLIVEIRA, A. A. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. *Revista Diálogo Educacional*, [S. l.], v. 13, n. 40, p. 851–871, 2013. DOI: 10.7213/dialogo.educ.13.040.DS02. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2569>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PORTAL Senadores. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/11/capacitismo-subestimar-e-excluir-pessoas-com-deficiencia-tem-nome>. Acesso em : 10 nov 2023.

RODRIGUES, D. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. In: Ivone Martins de Oliveira, David Rodrigues e Denise Meyrelles de Jesus (org.), "Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar | Perspectivas luso-brasileiras (e-book)," EDUFES, acesso em 17 de nov de 2024, <https://edufes.ufes.br/items/show/539>. 23-49.

VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba , v. 13, n. 40, p. 851-871, dez. 2013 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2013000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 nov. 2023.

VEIGA, I. P. A. Nos laboratórios e oficinas escolares: a demonstração didática. *In. Técnicas de ensino: Por que não?* VEIGA. I. P. A (org.) -21ª ed.- Campinas, SP: Papyrus, 2011.-(Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). 139-155.

APÊNDICE

AUTO - AVALIAÇÃO

REFLEXÃO TEORIA E PRÁTICA

1. Ocorre organização da sala de aula para atividades cooperativas entre os alunos, contemplando a equidade (a igualdade de oportunidades) favorecendo a inclusão de todos os alunos? Justifique.

2. Há atividades de sala que possa contemplar todos os alunos, buscando realizar conexões com o contexto do aluno, a fim de proporcionar as potencialidades do aluno na arte, oralidade e criatividade? Justifique.

3. Pense! especificamente no aluno com deficiência, ele tem frequência assídua na sala de aula comum nos dias de suas aulas? SIM () NÃO ()

4. Sobre os conteúdos, é o mesmo conteúdo para todos, respeitando o nível cognitivo do aluno. Permitindo a flexibilização e o apoio de recurso pedagógico para se alcançar o objetivo de aprendizagem do aluno? SIM () NÃO ()

5. Ocorre a articulação entre docentes, diálogo entre os docentes e maior compartilhamento de informações sobre o aluno, possibilitando a construção de atividades que valorizem a participação do aluno evitando a sua exclusão na sala comum? Justifique.

6. Sobre a avaliação, percebe-se as diversas oportunidades de avaliar o aluno na sala de aula comum? SIM () NÃO ().

7. Quais as contribuições que a oficina I e II trouxe para sua prática?

APÊNDICE

Referente ao item (6), Mantoan traz contribuições quanto a preocupação de avaliações excludentes, que contribui para diversos saberes não reconhecidos pela escola e seja desvalorizada neste ato de avaliar (MANTOAN; LANUTI, 2022, p.58). Efeitos negativos aos alunos público-alvo da educação especial, chegando a impactar no comportamento dos alunos e sua permanência e frequência dentro da sala de aula. “O olhar do aluno que chega ao oitavo ano e não consegue realizar uma avaliação por não saber ler e começa a se distanciar das oportunidades na escola por se incluir no estereótipo que nunca irá aprender a ler. Que martírio é essa avaliação na vida escolar do aluno”. A discussão da avaliação é um ponto importante a ser considerado dentro da formação de professores, para orientá-los de como avaliar os alunos que ainda não consolidaram as respectivas habilidades almejadas para aquele ano. Mantoan reafirma uma possibilidade inclusiva da avaliação quando ocorre da seguinte maneira.

A busca de uma avaliação na perspectiva inclusiva acompanha simultaneamente os processos de ensinar e de aprender. Não se localiza no final do processo pedagógico, mas o compõe. Ela sinaliza o que os alunos ainda não aprenderam e o que gostariam de aprender e, portanto, considera cada um deles na sua diferença, nas suas demandas (MANTOAN; LANUTI, 2022, p.58)